

“O embaixador da dívida”

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Não se trata de uma volta aos tempos do governo João Figueiredo quando o então chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro defendia, na abertura da reunião do Consenso de Cartagena, a necessidade de os países credores reconhecerem o caráter político na renegociação da dívida externa do Terceiro Mundo. Hoje, a situação financeira do País é bem pior, mas existe um respaldo maior às teses do governo, tanto a nível de partidos como dos próprios empresários e da opinião pública, comenta um íntimo colaborador do ex-ministro das Relações Exteriores ao comparar os dois momentos.

No anterior, isto é, no governo passado, o Itamaraty, num acordo tácito com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, ficava com a função de “vender” uma mensagem mais política para a questão da dívida, enquanto a área econômica do governo, representada por Ernane Galveas e Delfim Netto que se opunha às teses de Guerreiro e de seus “barbudinhos”, tratava de negociar com os bancos de maneira ortodoxa.

Mas o assessor do ex-chanceler, que já está sendo chamado de “o embaixador da dívida”, não disfarça a satisfação de ver vitoriosa a posição do chefe ao ter sido indicado pelo presidente José Sarney para conduzir as negociações com os governos e os bancos credores. Qualidades não lhe faltam, afirmam seus colegas do Itamaraty.

Capacidade de enfrentar situações difíceis e tensas, serenidade, ironia, conhecimento profundo cortante da vida diplomática (passou dez anos na cúpula do governo, sendo seis como chanceler e quatro como secretário-geral na gestão Azeredo da Silveira), hábil negociador, dono de uma memória fantástica, são es-



Ramiro Saraiva
Guerreiro

ses os traços mais lembrados pelos diplomatas para definir a personalidade de Guerreiro.

Baiano, jurista (já foi delegado de polícia), aposentado em 1986 aos 69 anos e eleito por unanimidade para a comissão jurídica interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede no Rio, função que continuará a exercer, pois é compatível com o seu novo cargo no governo, Guerreiro ficou conhecido por sua política externa do “universalismo” (relações com todos os países independentemente de ideologias).

Sobressaiu na administração Figueiredo como um ministro intocável, merecedor de crédito por parte do governo e respaldo pela opinião pública. Em 1984 foi convidado a fazer uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), quando ouviu do presidente do diretório acadêmico que ele era o único ministro que havia sido convidado para comparecer àquele centro universitário.

Foi durante sua gestão que o Brasil reafirmou o apoio à soberania argentina sobre as ilhas Malvinas e reforçou os laços com a África.

O ex-chanceler começou sua carreira na Organização das Nações Unidas (ONU), mas se destacou como negociador em Genebra junto ao Acordo

Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Foi embaixador na Itália, na França, no Uruguai, na Bolívia, na Espanha, em Washington e em Nova York.

Articulou a ida do presidente Figueiredo à ONU, em setembro de 1983 e desde essa época defendeu um tratamento político para a dívida por achar que os governos dos países credores têm responsabilidade sobre a negociação.

No Itamaraty, o lado pitoresco do ex-chanceler é notado por seu conhecido hábito de dormir durante discursos, o que lhe valeu o apelido de “Soneca”. Mas quem com ele trabalhou garante que apesar dos olhos semicerrados, a memória capta tudo o que acontece ao redor. “Ele lê tudo o que vê pela frente, e apesar do ar bonachão, não elogia ninguém”, afirma um diplomata.

Saraiva Guerreiro será o principal negociador da dívida externa brasileira. Na sexta-feira ele esteve em Brasília conversando com Sarney e no sábado reuniu-se com o ministro Dilson Funaro, em São Paulo.

“Ele ficou um pouco assustado com a proposta, que não estava em seus planos, mas se mostrou consciente das dificuldades que enfrentará”, resumiu uma fonte diplomática.

O porta-voz do Itamaraty, Ruy Nogueira, disse que “os assuntos afetos às negociações financeiras internacionais são tradicionalmente da competência do Ministério da Fazenda, cabendo ao Itamaraty respaldar a ação daquele órgão sempre e quando solicitado. Não obstante, constitui motivo de inegável contentamento para a Casa inteirar-se de que um dos seus mais ilustres funcionários tenha sido lembrado pelo presidente da República para colaborar com o ministro da Fazenda em missão de tamanha transcendência para o País”.